



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**FGV PROJETOS**

PROVAS DO DIA 14/10/2018

### Roteiro de Correção – Questões do Grupo 1

#### Advogado

##### Grupo 1 - Q01 - Direito Constitucional

1. O Art. 1º do projeto é formalmente inconstitucional ao criar a secretaria de Estado, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo,

1.1. na forma do Art. 61, § 1º, II, e, da CRFB/88.

2. O Art. 1º do projeto é formalmente inconstitucional ao dispor sobre a forma de provimento do cargo, isso por violar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo,

2.1. na forma do Art. 61, § 1º, II, c, da CRFB/88.

3. O Art. 1º é materialmente inconstitucional ao exigir a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da nomeação do Secretário, o que afronta a separação dos poderes,

3.1. prevista no Art. 2º CRFB/88/88.

4. O Art. 1º é materialmente inconstitucional ao exigir a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da nomeação do Secretário, o que afronta o poder de nomeação do Chefe do Executivo,

4.1. previsto no Art. 84, I, da CRFB/88.

5. Todos os preceitos indicados são aplicáveis ao Estado por força do princípio da simetria.

5.1. Previsto no Art. 25, caput, da CRFB/88.

6. O Art. 2º é formalmente inconstitucional, por violar a iniciativa privativa do Tribunal de Justiça,

6.1. conforme dispõe o Art. 96, II, b.

7. O Art. 3º é formalmente inconstitucional por invadir a competência privativa da União para legislar sobre direito processual,

7.1. nos termos do Art. 22, I, da CRFB/88.

8. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 01 – 40 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROVAS DO DIA 14/10/2018

### Grupo 1 - Q02 - Direito Administrativo

1. A declaração de utilidade pública pode ser feita de duas formas: (i) decreto legislativo (que tem natureza de ato administrativo discricionário); (ii) lei de efeitos concretos (que é considerada lei em sentido formal, mas em sentido material se configura verdadeiro ato administrativo)
2. Sim, seria possível a desapropriação de imóvel pertencente à empresa pública federal exploradora de atividade econômica pela Assembleia Legislativa porque tal bem não ostenta a qualidade de bem público, nem está afetado ao serviço público.
3. É inconstitucional norma estadual que estabelece que as desapropriações em nível estadual dependerão de prévia aprovação pela Assembleia Legislativa por dois motivos: (i) invasão da competência legislativa da União (art. 22, II, da CRFB) e (ii) violação do princípio da separação dos poderes (art. 2º, da CRFB).
4. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 02 – 15 pontos**

### Grupo 1 - Q03 - Direito Administrativo

- A) Praticaram ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública José, por ter feito nomeação de seu filho com violação à Súmula Vinculante nº 13 e aos princípios administrativos e constitucionais da moralidade, impessoalidade, eficiência e igualdade (art. 11, caput, da Lei 8.429/92 c/c art. 37, caput, da CRFB). Da mesma forma, seu filho Carlos também praticou ato ímprobo, por ter concorrido e se beneficiado do ato, bem como por ter exercido ilegalmente o cargo em comissão de março de 2013 e a janeiro de 2015.
- B) Não houve prescrição para João (pois o prazo de 5 anos começa a contar a partir do término do mandato eletivo), nem para José (porque a prescrição de 5 anos começa a ser contada a partir da exoneração do cargo em comissão), conforme art. 23, I, da LIA).
- C) É inconstitucional o projeto de lei que excepciona, em nível estadual, a prática de nepotismo, permitindo que sejam nomeados para cargo em comissão até dois parentes da autoridade nomeante, porque viola os princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade (art. 37, caput da CRFB) e a Súmula Vinculante 13 do STF.
- Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 03 – 15 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROVAS DO DIA 14/10/2018

### Grupo 1 - Q04 - Direito Financeiro e Tributário

I.1. Identificar que é possível instituir alíquotas progressivas, pois, apesar de ser tributo real, aplica-se também a ele o princípio da capacidade contributiva.

I.2. Identificar que o STF decidiu a questão em repercussão geral (mesmo que sem indicar o número do RE 562.045).

II.1. Identificar a impossibilidade de concessão de isenção por mero Decreto, por violação ao princípio da legalidade

II.2. Identificar a legislação correta: art. 150, §6º da CF/88 e art. 97, VI, CTN.

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 04 – 15 pontos**

### Grupo 1 - Q05 - Direito Financeiro e Tributário

I.1. Identificar que, por exceção constitucional, é permitida tal transferência de recursos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, por ato do Poder Executivo, sem prévia autorização legislativa.

I.2. Identificar legislação correta: art. 167, §5º da CF/88

II.1. Identificar a possibilidade de Decreto com fundamento direto na Constituição ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade (ato normativo de aplicação primária da CF/88).

II.2. Identificar alteração de jurisprudência do STF que admite submeter as normas orçamentárias ao controle abstrato de constitucionalidade, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato do ato normativo objeto de controle (ADI 4.048-MC e ADI 5468).

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 05 – 15 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

 FGV PROJETOS

PROVAS DO DIA 14/10/2018

### Roteiro de Correção – Questões do Grupo 2

#### Advogado

##### Grupo 2 - Q01 - Direito Civil

1. Responsabilidade objetiva por ser contrato de transporte aparentemente gratuito
2. Identificar que o infarto é fortuito interno, não rompendo a relação de causalidade.
3. Identificar como serão pagos os alimentos civis.
4. Abordar as peculiaridades do dano moral de acordo com o caso apresentado

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 01 – 15 pontos**

##### Grupo 2 - Q02 - Direito Civil

1. Dizer que é cabível a proteção possessória a fim de evitar justiça privada e que a violência torna a posse injusta, justificando o pedido de reintegração de posse (art. 1210, caput, CC).
2. Destacar a importância da funcionalização da posse com a moradia e o trabalho
3. Destacar que a demanda não envolve o terceiro que fora vítima de esbulho anteriormente e a necessidade de solução do caso concreto para que se tenha paz social.

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 02 – 15 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROVAS DO DIA 14/10/2018

### Grupo 2 - Q03 - Direito Processual Civil

a. Deve o candidato discorrer sobre o não cabimento do incidente da assunção de competência e seus motivos, à luz do art. 947, do NCPC, que pretende fixar tese jurídica que envolva relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, o que, no caso, desde logo afasta a aplicabilidade deste incidente. Nesse sentido, inclusive, se percebe que, por força do art. 928, do NCPC, o julgamento deste incidente não integra a categoria dos julgamentos de casos repetitivos. Deve o candidato assinalar o cabimento do incidente de resolução de demandas repetitivas e seus motivos. Outrossim, deve indicar que o juiz pode, por ofício, requerer a instauração do incidente.

b. Deve o candidato apontar o cabimento do IRDR, indicando como primeiro requisito a existência de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito (art. 976, I, do NCPC). Deve informar, ainda, a existência de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (art. 976, II, do NCPC). Deve informar, também, que é necessário haver pelo menos um processo pendente perante o tribunal e que não haja a instauração do incidente em algum tribunal superior ou Supremo Tribunal Federal.

c. O candidato deve informar que este órgão colegiado competente para fixar a tese também julgará o caso concreto. (art. 978, parágrafo único, do NCPC)

d. O candidato deve informar que eventual desistência do recurso não terá o condão de impedir a fixação da tese e do padrão decisório (art. 976, § 1º, NCPC).

e. O candidato deve informar que, uma vez fixada a tese no acórdão paradigma, esta decisão terá eficácia vinculante até que seja revista (art. 985, II, parte final e art. 986, NCPC). Daí por que todos os juízes vinculados ao tribunal deverão observar o posicionamento contido no referido acórdão, na forma do art. 927, III, NCPC. Outrossim, deverá o candidato aludir ao cabimento da reclamação pela parte interessada para garantir a observância do precedente proferido em julgamento de casos repetitivos, consoante o exposto no art. 988, IV, do NCPC.

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 03 – 20 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROVAS DO DIA 14/10/2018

FGV PROJETOS

### Grupo 2 - Q04 - Direito Processual Civil

a. Menção à natureza jurídica do pedido de suspensão de execução de liminares e sentenças, com a referência às normas legais que o disciplinam; alusão à sua índole de contracautela - sem qualquer feição recursal -, apoiada em juízo meramente político, cabendo à Presidência do tribunal local avaliar a presença de manifesto interesse público e o potencial da decisão concessiva da tutela de urgência para comprometer gravemente a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas; ênfase no descabimento da apreciação, no procedimento da suspensão de execução, de error in judicando ou de error in procedendo na decisão de primeiro grau, assim como de qualquer valoração meritória dos temas afetos à lide principal.

b. Alusão à jurisprudência sedimentada, sobretudo do STF e do STJ, no sentido de que, a despeito da redação restritiva do art. 4º, caput, da Lei nº 8.437/92 (ao aludir apenas às pessoas jurídicas de direito público e ao Parquet), reconhece-se a legitimação ad causam dos chamados entes despersonalizados (como o são as casas legislativas) para pleitear a contracautela, caso a decisão de primeira instância interfira no desempenho de sua atividade ou afete alguma de suas atribuições ou prerrogativas institucionais.

c. Alusão à espécie recursal do agravo (interno), com a ressalva de que, a despeito da regra do art. 4º, § 3º, da Lei nº 8.437/92, a previsão do prazo de cinco dias, ali contida, não mais subsiste, tendo em vista o advento do novo Código de Processo Civil, cujos arts. 1.021 e 1.070 deixam evidente que o prazo do agravo interno - mesmo os previstos na legislação extravagante - é de quinze dias.

d. Menção ao fato de que, a despeito da distinção entre as finalidades e os âmbitos cognitivos da suspensão de execução e do agravo de instrumento, caso sobrevenha à concessão da contracautela o julgamento do agravo de instrumento, pelo órgão fracionário, culminando no seu desprovemento, será imperiosa a aplicação do disposto no art. 15, §§ 1º e 2º, da Lei nº 12.016/2009; alusão à consequência daí decorrente, a saber, a cessação da competência da Presidência do tribunal local para apreciar a contracautela, restando ao requerente formular novo pedido de suspensão de execução, já então à Presidência do STF ou do STJ, conforme a matéria tratada seja constitucional ou infraconstitucional; conclusão acerca do descabimento da formulação de novo pedido de suspensão à própria Presidência do tribunal local.

e. Alusão ao descabimento da suscitação do incidente de arguição de inconstitucionalidade pelo órgão jurisdicional de primeira instância, ainda que lhe caiba enfrentar, ao proferir sentença, questão prejudicial relativa à inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, porquanto a cláusula de reserva de plenário só se aplica aos órgãos de segunda instância do tribunal.

f. Menção à incidência da cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da CF/88, caso o órgão fracionário do tribunal, ao julgar um feito, conclua, ainda não o declare expressamente, pela inconstitucionalidade de lei e ato normativo que configure uma questão prejudicial do mérito do processo; referência à Súmula Vinculante nº 10 do STF; alusão à irrecorribilidade do acórdão a ser proferido pelo plenário do tribunal (ou pelo seu órgão especial), exceto no que tange aos embargos de declaração, pois a interposição de recursos como o extraordinário, o especial ou o ordinário só terá lugar após o julgamento se completar, no âmbito do órgão fracionário; referência ao enunciado nº 513 da Súmula do STF.

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 04 – 20 pontos**



# CONCURSO PÚBLICO – ALE–RO 2018

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROVAS DO DIA 14/10/2018

### Grupo 2 - Q05 - Direito Previdenciário

Demanda conhecimento do vício de iniciativa

Resposta deve ressaltar a obrigatoriedade legal de portabilidade

Candidato deve demonstrar domínio sobre o regime de financiamento do modelo

Candidato deve demonstrar conhecimento quanto à facultatividade de adesão dos servidores anteriores

Resposta deve apontar a possibilidade/obrigatoriedade de contribuições extraordinárias

Resposta deve ressaltar a inadequação do teto remuneratório para modelos capitalizados de previdência complementar

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 05 – 15 pontos**

### Grupo 2 - Q06 - Direito Previdenciário

O candidato deve apontar o conhecimento e aplicação das regras transitórias de aposentadoria

O candidato deve apontar a impossibilidade constitucional expressa de proceder ao cálculo da prestação na forma apontada.

A resposta correta deve apontar os parâmetros mínimo e máximo do plano de custeio do RPPS

Demanda clara comparação do RPPS com o RGPS, nas situações de lacunas normativas

Demanda compreensão do alcance da imposição do art. 40, § 13 da CF/88, que não desloca todos os servidores comissionados para o RGPS

Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

**Total da Questão 06 – 15 pontos**